

(Des)articulação em rede: fragilidades de uma associação de direitos vítima de tragédia ambiental¹

Laura Nayara PIMENTA²
Flávio Henrique Silva SANTOS³
Gabriel Pedro da SILVA⁴
Universidade Federal de Alagoas, Maceió, AL

RESUMO

O seguinte texto põe-se a analisar o fenômeno de desarticulação e isolamento sociopolítico vivenciado por organizações sociais vítimas de desastres ambientais, partindo do trabalho conjunto entre o Laboratório Colaborativo de Comunicação - CoLabCom da Universidade Federal de Alagoas e a Associação da criança e do adolescente do bairro de Chã de Bebedouro (ACACB). Os dados aqui apresentados e destrinchados foram colhidos durante a etapa do diagnóstico colaborativo de comunicação e ligam o fenômeno do isolamento e suas causas a conceitos comuns da área da comunicação pública como o Capital social.

PALAVRAS-CHAVE: desarticulação; desastre ambiental; mobilização social; Maceió; conselhos de direito

CORPO DO TEXTO

Nos últimos anos, a população brasileira tem sentido na pele as consequências da atividade de mineração desenfreada, realizada por grandes corporações. No caso da mineração de minério de ferro, a atividade extrativa depende de uma intervenção ambiental em grande escala, pois é estruturada por uma rede de produção que integra minas, barragens de rejeitos, pilhas de estéril, estradas, consumo de energia, minerodutos, ferrovias e portos. Toda essa infraestrutura, segundo Gonçalves (2018), gera fissuras territoriais em forma de derrama de rejeito, poluição do ambiente, esgotamento e contaminação do sistema hídrico, como ocorrido nos casos dos rompimentos das barragens de Fundão, em Mariana, e da Mina do Feijão, Brumadinho, ambos municípios de Minas Gerais (MG).

¹ Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho Estudos em Relações Públicas e Comunicação Organizacional, evento integrante da programação do 24º Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, realizado de 8 a 10 de maio de 2024.

² Professora do curso de Relações Públicas da Universidade Federal de Alagoas. E-mail: laura.pimenta@ichca.ufal.br

³ Estudante de Graduação 2º Semestre de Relações Públicas na Universidade Federal de Alagoas. E-mail: flavio.henrique@ichca.ufal.br

⁴ Estudante de Graduação 6º semestre de Relações Públicas na Universidade Federal de Alagoas. E-mail: gabriel.pedro@ichca.ufal.br

Outro tipo de mineração que também tem trazido grandes impactos socioambientais no Brasil é a extração de sal-gema. Na cidade de Maceió, Alagoas, tal processo extrativista, realizado pela petroquímica Braskem, é responsável pelo afundamento do solo que afetou severamente cinco bairros e gerou o rompimento de uma das 35 minas (Mina 18) localizadas às margens da Lagoa Mundaú, cujos impactos ainda estão sendo mensurados - a mina se rompeu no dia 10 de dezembro de 2023.

O afundamento do solo gerado pela Braskem começou a ser percebido em 2018, quando a população da cidade de Maceió sentiu pela primeira vez as consequências de décadas de exploração mineral em área urbana: fortes tremores foram sentidos pelos moradores dos bairros do Pinheiro, Mutange, Bebedouro, Farol e Bom Parto; iniciava-se ali o maior desastre natural em área urbana do mundo, na capital alagoana.

Essa visível cadeia de eventos, ligada por uma causa motriz em comum, trouxe fortes consequências não somente físicas e diretas, mas também ao interim empírico com o qual se relaciona. Tragédias de tal porte podem mudar como um todo a forma como uma população se relaciona entre si, com o ambiente em que está inserida e com o mundo ao seu redor. Como diria Carl Jung (1936), o “inconsciente coletivo” é afetado como um todo e, conseqüentemente, o ato de comunicar-se, do fazer comunicativo e toda sua complexidade intrínseca.

No caso da crise instaurada na capital alagoana, podemos perceber uma “guerra” de narrativas, tanto as difundidas pela petroquímica Braskem, como as propagadas pela Prefeitura Municipal de Maceió e pelo Governo de Alagoas, muitas vezes divergindo ou concordando entre si, conformando um jogo de interesses no qual os cidadãos afetados ficam sem respostas ou resoluções satisfatórias, convivendo com as perdas culturais, econômicas e de vidas.

Temos aqui não só uma tragédia socioambiental, mas também um desastre criado por um estado de incertezas geradas pela própria organização, além da evidente expressão social da vulnerabilidade. De acordo com o Gilbert (1998), a incerteza pode ser compreendida como produzida pelas sociedades complexas, a partir de disfunções resultantes das frágeis articulações entre as especialidades científicas, criando vácuos de representações e práticas capazes de reduzir os riscos. Ela não seria meramente produzida em razão da ausência de comunicação ou informação, mas também pela

profusão anárquica de informações que acaba interferindo nos sistemas de pensamento e nos modos de organização da sociedade.

Diante desse contexto, os bairros adjacentes aos cinco principais afetados, como é o caso de Chã de Bebedouro, encontram-se em estado de isolamento, principalmente pelo esvaziamento do entorno. Além disso, tal bairro sofre com a falta de apoio da Braskem, com a desvalorização dos seus imóveis e convive diariamente com o perigo do colapso das demais minas e com a violência que se instalou diante do abandono e do esvaziamento da comunidade.

Nessa conjuntura, o projeto de extensão do curso de Relações Públicas da Universidade Federal de Alagoas, o Laboratório Colaborativo de Comunicação - CoLabCom; foi criado como uma forma de construir conjuntamente estratégias de comunicação com coletivos, associações e projetos sociais das comunidades afetadas pelo referido desastre, engendrando o fazer acadêmico e o conhecimento popular advindo das vivências destas comunidades, em um processo mútuo de construção e aprendizado. O projeto trabalha com dois coletivos: o Movimento Unificado das Vítimas da Braskem (MUVB), nascido da indignação e sede de justiça das vítimas da tragédia criminosa; e a Associação da Criança e do Adolescente da Chã de Bebedouro (ACACB), projeto quarentenário guiado pelo propósito de mudar vidas das crianças e adolescentes da comunidade.

Neste texto, lançaremos luz sobre o trabalho que está sendo desenvolvido com a ACACB, de modo a discutir alguns aspectos que revelam os meandros teóricos da mobilização social e das relações públicas comunitárias. Nosso objetivo, então, é refletir, principalmente, sobre um dos problemas que foram levantados durante a etapa de diagnóstico colaborativo de comunicação realizado com a Associação: a carência de articulação em rede com os conselhos de direito do município e do estado.

A ACACB surgiu na década de 1980, com a junção de um grupo de mulheres religiosas católicas, que premidas pela Campanha da Fraternidade de 1987, cujo tema era “Quem acolhe o menor, a mim acolhe.”, resolveram desenvolver ações com as crianças e os adolescentes da grota do Arranha-céu, localizada no bairro Chã de Bebedouro. No início, o foco era na alfabetização das crianças que estavam fora da escola, que passavam o dia na rua, mexendo nos lixos em busca de alimentos. Tais crianças, em sua maioria, vinham de famílias desestruturadas e sequer tinham registro

(Certidão de Nascimento). Além disso, muitas das mães dessas crianças faziam assaltos na região, influenciando seus filhos na criminalidade.

Apoiadas pelo Padre José Tromboto, as religiosas começaram seus trabalhos. Em 1989 o Padre Tromboto doou a atual sede da Associação. Desde o início, as fundadoras da ACACB integraram o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMNR), chegando a participar da emblemática tomada da Plenária do Congresso Nacional e votação simbólica do Estatuto da Criança e do Adolescente. Com o passar dos anos, os desafios da Associação foram se modificando, mas uma coisa permanecia: a preocupação com a promoção e proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes. Atualmente, as coordenadoras observam que houve um aumento do índice de violência contra a criança, bem como aumentaram a discriminação social e o uso de drogas.

Baseados na metodologia da Agência de Comunicação Solidária (Lima, Pedro e Faria, 2022), desenvolvemos um processo com a ACACB que se iniciou com um diagnóstico da causa, baseada em algumas questões disparadoras, no mapeamento dos públicos da Associação e os vínculos que se tem com eles, e, na sequência, sistematizamos as questões transversais mais relevantes: os pontos mais estruturantes que precisam ser trabalhados para o fortalecimento dos vínculos do coletivo com os públicos mais estratégicos. Dentre esses pontos identificados, o que mais se destacou foi a (des)articulação em rede, principal objeto deste texto.

Brasil (2022) nos apresenta o panorama da rede alagoana de proteção à criança e ao adolescente. Constituída de atores majoritariamente situados em Maceió, abarca entidades governamentais, seus serviços e unidades administrativas, e organizações da sociedade civil. Engajados entre si, estão inseridos numa cadeia recorrente de atividades para além do desenvolvimento diário de seus trabalhos: reuniões, seminários, formações, assembleias... nenhuma das quais a ACACB é convidada a organizar, expor demandas ou mesmo participar. Colegiadamente, os atores mencionados compõem os conselhos municipal e estadual de direitos. Encarregados de realizar o controle social e definir os rumos da política institucional para a infância e adolescência em seus territórios, são apontados pela Associação como público distante e inacessível.

Portanto, tal rede é sobretudo de comunicação. Plataformas para socialização e circulação de informações, tornam-se “espaços onde trafegam pactos e disputas de

poder na medida em que se movimentam em direção à obtenção de visibilidade, apoio, mudanças, leis e votos que exigem negociações e decisões políticas” (WEBER, 2017, p. 45).

Essa ideia de ação conjunta dos sujeitos para a solução de problemas comunitários vai ao encontro do conceito de mobilização social que Henriques et. al. (2004) trabalham. Para eles, mobilização social é “uma reunião de sujeitos que definem objetivos e compartilham sentimentos, conhecimentos e responsabilidades para a transformação de uma realidade, movidos por um acordo em relação a determinada causa de interesse público” (HENRIQUES et. al. 2004, p.36).

Essa reflexão também está estreitamente relacionada aos estudos do capital social. A concepção mais difundida desta noção é associada às reflexões de Putnam (2000), que percebe o capital social como um contíguo de vínculos horizontais entre as pessoas, como o resultado de redes sociais de engajamento e de princípios associativos que possuem um efeito concreto no desempenho produtivo da comunidade. Para o autor, os indivíduos têm maior possibilidade de mudar suas vidas, de obterem resultados efetivos em fóruns de participação, quando fazem parte de uma comunidade fortemente engajada civicamente.

Uma sociedade caracterizada pela reciprocidade generalizada é mais eficiente que uma sociedade desconfiada, pela mesma razão que o dinheiro é mais eficiente do que o escambo. Se não temos que equilibrar cada troca instantaneamente, podemos realizar muito mais. A confiabilidade lubrifica a vida social. A interação frequente entre um conjunto diversificado de pessoas tende a produzir uma norma de reciprocidade generalizada. A participação cívica e o capital social implicam obrigação e responsabilidade para a ação mútua (PUTNAM, 2000, p.21).

Dessarte, a omissão contínua de atores governamentais frente a estas comunidades isoladas inviabilizou por anos seu pleno desenvolvimento no que concerne problemas relacionados a segurança, cultura, lazer e proteção, hoje potencializados pela ação predatória de uma megacorporação. A desarticulação da ACACB nos canais de diálogo e espaços de tomada de decisões que dizem respeito a sua atuação, representam o apagamento da história de um movimento embrionário no contexto maceioense de defesa de direitos humanos infantojuvenis e o silenciamento das históricas violações de direito em sua comunidade.

Portanto, tendo em vista os aspectos levantados, faz-se necessário reafirmar o papel do CoLabCom enquanto instrumento de ampliação dos horizontes dialógicos de coletivos, buscando sua mobilização social e articulação em rede como meio de promoção de direitos humanos, dignidade, perspectiva de futuro e qualidade de vida. A práxis extensionista se estabelece como valiosa ferramenta nesse processo e, presente durante todo o trabalho a partir da constatação de notórios saberes das relações públicas fora de seus eixos tradicionais e na socialização destes, permitindo a construção “com” coletivos e não “para” eles.

REFERÊNCIAS

GILBERT, C. **Studying disaster: changes in the main conceptual tools.** In: QUARANTELLI, E.L. What is a disaster? Perspectives on the question. Routledge: London and New York, 1998. p.11- 18.

GONÇALVES, R. J. A. F. **Capitaloceno e a fratura da natureza: mineração em grande escala e as barragens de rejeitos em Goiás, Brasil.** Territorial – Caderno Eletrônico de Textos, Goiânia, v. 9, n. 11, 2018.

HENRIQUES, Márcio S.; BRAGA, Clara S.; SILVA, Daniela B. C.; MAFRA, Rennan L. M. **Relações Públicas em Projetos de Mobilização Social: funções e características.** In: HENRIQUES, Márcio Simeone (Org.). Comunicação e Estratégias de Mobilização Social. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LIMA, R. P.; PEDRO, E. A. S.; FARIA, R. F. **Agência de Comunicação Solidária: uma busca por inéditos possíveis.** In: SILVA, D. R.; HENRIQUES, M. S. (orgs.) Públicos em movimento: comunicação, colaboração e influência na formação de públicos. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2022.

PUTNAM, R. **Bowling alone: the colapse and revival of American community.** Nova York: Simon & Schuster, 2000.

WEBER, Maria Helena. **Nas redes de comunicação pública, as disputas possíveis de poder e visibilidade.** In: WEBER, Maria Helena; COELHO, Marja Pfeifer; LOCATELLI, Carlos (Orgs.). Comunicação pública e política: pesquisa e práticas. Florianópolis: Insular, 2017.